

CIDADANIA: QUAL CIDADANIA?

José Luiz Zanella¹

Resumo

A finalidade do texto é explicitar em que consiste uma concepção crítica de cidadania, aqui denominada de cidadania ativa. Inicia problematizado o senso comum da palavra cidadania. Em seguida, com base no método do materialismo histórico, analisa a concepção liberal de cidadania, mostrando seus limites na realização humana. Com base no conceito de prática produtiva, prática social e prática simbólica, inferem-se elementos para a compreensão e práxis da cidadania ativa. Mostra que a formação política e filosófica a partir do mundo do trabalho e de uma compreensão crítica do que seja uma sociedade de classes é requisito fundamental para o exercício da cidadania. Enfatiza, ao final, a necessidade do exercício da cidadania em todos os espaços da vida social a fim de que se forme um hábito de cidadania como atividade humana democrática. Para tal empreendimento, a reflexão sobre a prática torna-se imprescindível, uma vez que possibilita manter a coerência entre o pensado, o dito e o feito.

Palavras-chave: cidadania, classe social, trabalho, política

Em cada época histórica, numa determinada conjuntura política, sempre há um modismo na utilização de certas palavras ou conceitos. Este modismo, na maioria das vezes, não é inocente, ao contrário, traz uma forma sutil e ideológica de dominação. No dizer de Bakhtin (1995) “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (p. 95). Penso que a palavra cidadania não foge desse emaranhado ideológico. O uso indiscriminado da palavra tem empobrecido o seu conteúdo caindo na banalização, no formalismo e no esvaziamento.

Esse “lugar comum” da palavra cidadania expressa-se, tanto no cotidiano, como nos documentos oficiais da educação escolar. Nas leis e, principalmente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais a palavra cidadania se apresenta como um conceito dado, consensual, o qual é colocado como uma das finalidades da educação. Indagamos: a cidadania proposta pelos capitalistas e o Banco Mundial seria a mesma daquela proposta pelos trabalhadores organizados nos movimentos sociais e sindicatos? Não haveria uma diferença entre os objetivos proclamados e os objetivos reais da cidadania?

¹ Professor Adjunto da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão-Pr. E-mail: zanellazl@hotmail.com

Os objetivos proclamados indicam as finalidades gerais e amplas, as intenções últimas. Estabelecem um horizonte de possibilidades, situando-se num plano ideal em que o consenso, a identidade de aspirações e interesses, é sempre possível.

Os objetivos reais, por sua vez, indicam os alvos concretos da ação, aqueles aspectos dos objetivos proclamados em que efetivamente está empenhada a sociedade; implicam, pois, a definição daquilo que se está buscando preservar ou mudar. Diferentemente dos objetivos proclamados, os objetivos reais situam-se num plano em que se defrontam interesses divergentes e, por vezes, antagônicos, determinando o curso da ação as forças que controlam o processo (Saviani, 1997, p. 32).

Não é nossa pretensão fazer aqui um aprofundamento do conceito cidadania². Apenas temos como objetivo sinalizar alguns indicativos de uma concepção crítica de cidadania que dê conta do movimento histórico atual. Entendemos que na atual conjuntura faz-se necessário uma breve reflexão que rompa com a superficialidade do conceito. O que se esconde por trás dessa palavra? Que sentidos tem a palavra cidadania? O que significa uma cidadania ativa? Qual é a cidadania que interessa às classes subalternas e como viabilizá-la?

No cotidiano prevalece a concepção liberal de cidadania

O liberalismo é a concepção de mundo predominante na sociedade brasileira a tal ponto de ser tomado pelo senso comum como um pensamento natural e verdadeiro. O desmonte dessa concepção se dá por uma reflexão histórico-crítica³. Para compreendermos a concepção de cidadania muito presente em nosso cotidiano, necessitamos fazer uma breve abordagem do liberalismo.

Em que consiste o liberalismo? O liberalismo é a ideologia do capitalismo. E o capitalismo como sistema econômico e político nasceu a partir da crise do feudalismo (século XIV) com o surgimento da burguesia. O sistema se consolidou no século XVIII com as revoluções burguesas (Gloriosa, Francesa e Independência dos EUA). Portanto, a concepção de mundo liberal nada tem de natural, é uma forma de pensar construída historicamente por uma determinada classe social, no caso, a burguesia.

² Para um estudo mais completo e aprofundado de cidadania, remetemos o leitor ao estudo da obra *Cidadania, classe social e status* de Marshall, além dos clássicos do pensamento liberal como John Locke e Adam Smith.

³ Entendemos por concepção histórico-crítica aquela concepção que se fundamenta no método do materialismo histórico dialético, tal como Marx e Engels formularam. Trata-se de uma análise que busca desvelar os determinismos da produção da vida humana nas diferentes sociedades com a finalidade da transformação social e pessoal. Entendemos por concepção crítica aquela visão de mundo que parte da historicidade da prática social em que as sociedades humanas se apresentam como produto do trabalho de homens que se dividem em classes sociais com interesses antagônicos e, que estes mesmos homens, são uma construção de suas próprias relações sociais enquanto síntese do natural e do social (trabalho).

Os liberais sustentam que o mérito é tudo, ou seja, que o talento, as aptidões e o esforço pessoal do indivíduo são as razões de ser de sua existência. Vêem o ser humano como um “átomo”, um ser isolado dotado de um potencial que necessita de espaço para realizar seu projeto pessoal: a posse de propriedade. “A doutrina liberal (...) sustenta que o trabalho e o talento são os instrumentos legítimos de ascensão social e de aquisição de riquezas, qualquer indivíduo pobre, mas que trabalhe e tenha talento, pode adquirir propriedade e riquezas” (Cunha, 1991, p. 31). Daí ser a liberdade do indivíduo o bem supremo do liberalismo. Defendem uma economia de mercado baseada na livre iniciativa e competição.

Nas relações com o Estado, os liberais defendem a tese do “estado mínimo”, ou seja, o melhor estado é aquele que governa menos. Os liberais, embora desejassem uma sociedade sem Estado, defendem a existência do Estado por entenderem que a natureza humana é agressiva a tal ponto de ameaçar a liberdade. Daí limitarem a ação do Estado em três funções: a) “função policial: proteção dos indivíduos uns contra os outros; b) função judicial: arbitragem de desavenças; e, c) função militar: proteção dos indivíduos contra agressão externa” (Chaves, 2000, p. 2).

A positividade do pensamento liberal foi a de ter instituído na história o direito de defesa do indivíduo mediante a elaboração de leis via parlamento e da liberdade de expressão e de pensamento. A concepção liberal de cidadania é filha⁴ do capitalismo. Porém, é uma concepção muito mais formal que propriamente ligada ao movimento real da história. É formal, porque defende a liberdade de certos indivíduos, ou seja, daqueles que mais têm propriedades e riquezas em detrimento da maioria da população empobrecida. A igualdade, para o liberalismo, é só perante a lei. Na vida real, o liberalismo defende as diferenças porque entende que os indivíduos, desde o nascimento, são diferentes em mérito e que estas diferenças explicam, tanto a riqueza de uns, como a pobreza de outros. Sendo assim, seria injusto, para eles, querer a igualdade real.

Para o pensamento liberal a cidadania se resume ao institucional, ou seja, no cumprimento das leis (Constituições, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.). É famosa a expressão dos direitos e dos deveres de cada um. A minha cidadania começa onde termina a do outro... É este individualismo que Marx (2000) denuncia e critica na obra *A Questão Judaica* (2000) como sendo um impedimento da emancipação humana.

⁴ Na Grécia, no século de Péricles, já existia a cidadania, contudo, restrita aos senhores. Assim se refere Aristóteles: “Um cidadão no sentido absoluto não se define por nenhum outro caráter mais adequado senão pela participação nas funções judiciárias e nas funções públicas em geral. [Finaliza afirmando] Podemos enunciar que são cidadãos os que participam das funções públicas do modo que acabamos de indicar. Esta é aproximadamente a definição de cidadão, suscetível de se ajustar com maior exatidão a todos os que se designam pelo nome de cidadão” (Aristóteles, 1991, p. 176).

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente, sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal. A liberdade individual e esta aplicação sua constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz que todo homem encontre noutros homens não a realização da sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta. (...) Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade. Longe de conceber o homem como um ser genérico, estes direitos, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas (Marx, 2000, p. 36 e 37).

Assim, a cidadania fica circunscrita ao âmbito do formal, no cumprimento do que está estabelecido pela lei, sempre numa perspectiva individual – defesa da propriedade privada – e, por extensão, no sentido de privilegiar os mais ricos em detrimento aos mais pobres. Por exemplo: quem é preso no Brasil? O que diz a lei do salário mínimo e quais são as condições de vida de quem ganha salário mínimo? A Lei tem que ser cumprida com rigor, mas para quem? As Leis são neutras?

Por uma concepção de cidadania crítica

Numa concepção crítica o ponto de partida para uma reflexão sobre a cidadania não está no que os homens dizem e nem no plano jurídico, mas nas relações sociais historicamente dadas. Portanto, o ponto de partida é a prática humana numa determinada sociedade. E a prática humana não é algo isolado, fragmentado, totalmente objetivo e desligado do pensar. A prática humana é complexa e tem uma tríplice dimensão que, segundo Severino (1992), pode ser expressa em: prática produtiva, prática social e prática simbolizadora.

a) Prática produtiva: pelo trabalho, os homens interferem na natureza com vistas a prover os meios de sua existência material, garantindo a produção de bens e a reprodução da espécie; b) Prática social: ao produzir seus meios de subsistência, os homens estabelecem entre si relações que são funcionais e caracterizadas por um coeficiente de poder; c) Prática simbolizadora: as relações produtivas e sociais são simbolizadas em níveis de representação e de apreciação valorativa, no plano subjetivo visando a significação e a legitimação da realidade social e econômica vivida pelos homens (Severino, 1992, p. 26).

Deste conceito da prática humana podemos inferir um conceito de cidadania. Inicialmente diríamos que não há cidadania se as pessoas não tiverem acesso ao trabalho, mesmo que seja alienado. É pelo trabalho que nós humanos transformamos a natureza e neste processo mesmo do trabalho nos constituímos como seres humanos. O trabalho alienado é aquele que separa o fazer do pensar, o produto do produtor, os meios de produção de quem produz. Enfim, é o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho como mercadoria. Na medida que as pessoas vão rompendo com a alienação do trabalho, tendo o controle sobre o que e o como produzem, ou daqueles que são assalariados, na medida que tenham boas condições de trabalho, com salários dignos e respeito à dignidade humana, então, poderíamos dizer que estas pessoas estão conquistando sua cidadania. Uma cidadania ativa, histórica, que deixa de ser formal e torna-se práxis.

Da “prática social” vem a dimensão da cidadania quanto ao acesso ao poder, tanto no cotidiano quanto no institucional (Estado). O filósofo grego Aristóteles na sua filosofia metafísica já dizia que o homem é um ser racional e social. Marx vai mais longe ao mostrar que nossa humanização se construiu e se constrói a partir das relações sociais de produção, ou seja, das relações de trabalho. Ao relacionar-se com a natureza mediante o trabalho, os homens relacionam-se entre si formando grupos, instituições e sociedades. Daí o homem ser essencialmente um animal político entendendo por política relações de poder. Porém, normalmente estas relações de poder não se dão de forma horizontal e democrática. Ao contrário, tanto no cotidiano, como no poder estabelecido das diferentes sociedades, estas relações são marcas por uma hierarquia de poder autoritário.

Para ser cidadão, portanto, é necessário que se exerça algum poder e que este poder seja democrático. Não basta cumprir o que está estabelecido, é preciso agir coletivamente e democraticamente no sentido de se elaborar novas normas de convivência fundamentadas em princípios calcados num humanismo histórico que beneficiem a maioria. É pela participação na organização da sociedade civil – sindicatos, associações, movimentos sociais, etc. - que se pode exercer o poder, influenciando no que está instituído, ao ponto de controlar quem nos governa.

Porém, o exercício do poder democrático requer daquele que o quer uma postura de vida coerente com seus princípios. Não pode haver uma dicotomia entre o que se diz e o que se faz. O dizer, os princípios, devem ser submetidos constantemente a uma avaliação reflexiva e crítica a partir da prática, do fazer. Segundo o sociólogo Betinho (Herbert de Souza), não pode haver democracia sem liberdade, justiça, igualdade, solidariedade e sobretudo respeito pelas diferenças. Implica dizer que aquele que quer o exercício do poder democrático nas instituições do Estado, deve começar

pela sua vida, nos diferentes espaços do cotidiano, exercendo o poder democrático na família, etc

Por fim, não há cidadania sem a dimensão subjetiva, a qual está intrinsecamente vinculada às outras duas. Significa dizer que ao trabalhar, além de se relacionarem com a natureza, os homens se relacionam entre si, e sempre representam esta existência mediante conceitos e valores. Os conceitos – idéias e valores -, de forma geral, são conhecimentos do “senso comum”⁵ construídos pela prática social histórica e, portanto, imprescindíveis para a vida cotidiana. No entanto, numa sociedade dividida em classes sociais como a brasileira, estes conhecimentos do senso comum são absorvidos pela classe dominante que, nas Universidades e Institutos de Pesquisa, são sistematizados e, de certa forma, também são privatizados, gerando riqueza e controle social para a classe dominante. Precisamos refletir com mais profundidade sobre “nossas” idéias e valores. Será que as nossas idéias/valores são nossas mesmo? Por que pensamos que pensamos por nós mesmos quando na verdade estamos sendo pensados pelos outros e nem nos damos conta? De que forma nossos conhecimentos e idéias estão sendo “roubados”? Como fazer para organizar nossos conhecimentos, sistematizando-os, a fim de que retornem para nós mesmos?

O “pensar”, atividade intelectual eminentemente humana, não é neutra e autônoma. Ela vem acompanhada de uma “visão de mundo”, de uma certa “filosofia” que expressa conceitos, valores e um modo de ser e agir. Essa “visão de mundo” não é tão individualizada e particular assim como aparece. Ao contrário, ela pode expressar a “visão de mundo” de uma determinada sociedade, ou melhor, do grupo ou classe social que detêm a hegemonia econômica, política e cultural ou do grupo ou classe social que é oprimido e explorado. Daí dizer acertadamente Gramsci: “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.” (2000, p. 15).

Da mesma forma ocorre com os valores. Se entendemos que os valores são critérios de julgamentos para a solução de conflitos ou, na

⁵ Para o filósofo Antonio Gramsci (1891-1937) o “senso comum” é o mundo da vida e, como tal, apesar de estar envolto pela concepção de mundo da classe dominante e de ser fragmentado e difuso, possui em si um núcleo sadio denominado por ele de “bom senso”. Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, porém em graus diferenciados. A diferenciação se dá mediante a concepção de mundo a qual se está vinculado. A concepção de mundo mais elaborada é a filosofia e a concepção de mundo menos elaborada é o folclore. Entre a filosofia e o folclore encontra-se o senso comum e a religião. E é do senso comum e do folclore que a filosofia retira o bom senso. “A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o ‘bom senso’ que se contrapõe ao senso comum” (Gramsci, 1991 a: 13).

denominação de Saviani (1996) valor é "...uma relação de não indiferença entre o homem e os elementos que se defronta" (pp. 36 e 37), implica dizer que, no capitalismo, estes valores aparecem envoltos numa visão de mundo permeada pelo consenso e harmonia, negando assim que a sociedade seja dividida em classes sociais com interesses antagônicos. Os valores predominantes são: lucro, competição, consumo, individualismo, da moral metafísica (normas abstratas que não levam em conta a historicidade), etc. Enfim, os conceitos, os valores e as idéias podem expressar em nós uma visão de mundo contraditória e incoerente que, em última instância, cimenta-se como uma ideologia da classe social dominante que se torna hegemônica.

Noutros termos, a maioria da população é constituída por agricultores familiares, assalariados, desempregados, trabalhadores temporários, bóias-frias, sem-terra, e de tantos milhões que vivem na absoluta miséria. Estas frações de classe, pelas suas próprias condições de vida, ou seja, no imediato de suas existências, expressam a contradição da ordem estabelecida do modo de produção capitalista. Pela condição de classe, deveriam lutar pela superação do modo de produção capitalista. No entanto, quando se trata do agir político-partidário, por exemplo, esta maioria da população, geralmente, vota em partidos políticos e políticos que defendem a permanência e a lógica do sistema capitalista. Na verdade vota contra si mesma, pensando que está votando certo. Por que estas pessoas não possuem uma visão de mundo unitária e coerente com o lugar social que ocupam, ou seja, com seus interesses de classe? Qual a cidadania, por exemplo, de um professor que tem um discurso "progressista" e vota num partido político de "direita"? Por que acontece esta inversão? Certamente acontece por causa da ideologia, entendida aqui como "falsa consciência" (Marx).

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos,

como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (Chauí, 1980, p. 113).

Sendo assim, as classes subalternas, na sua maioria, pensam e agem de acordo com a visão de mundo do grande capital. Como romper com a ideologia como “falsa consciência”? Talvez aqui esteja um dos principais pontos para a construção de uma cidadania ativa, uma forma de “resistência ativa” tal como Saviani (1997) propôs ao analisar o contexto de implantação da LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Esta [resistência ativa] implica pelo menos duas condições; a primeira se refere à forma, isto é, a exigência de que a resistência se manifeste não apenas individualmente, mas através de organizações coletivas, galvanizando fortemente aqueles que são, de algum modo, atingidos pelas medidas anunciadas; a segunda diz respeito ao conteúdo, envolvendo, portanto, a formulação de alternativas às medidas propostas, sem o que será difícil conseguir a mobilização (Saviani, 1997, pp. 235 e 236).

Para que sejamos cidadãos críticos faz-se necessário, portanto, um rompimento com o pensamento estabelecido, ou seja, com o pensamento liberal⁶. Este rompimento se dá pela reflexão da prática social, em que a pessoa possa se ver como “classe social para si”, isto é, que tenha consciência de pertencer a uma determinada “classe social”⁷ que tem interesses próprios com vistas a um projeto de sociedade. Emerge daí o desafio de se construir um pensamento que tenha vínculo orgânico com o lugar social que se ocupa, ou seja, de se pensar por nós mesmos e não sermos pensados pelos outros.

É preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção de mundo ‘imposto’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários

⁶ Sobre uma análise crítica do liberalismo ver Luiz Antonio Cunha, primeiro capítulo da obra “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil”. Nesta obra o autor analisa o pensamento liberal a partir de seus cinco princípios: individualismo, liberdade, igualdade, propriedade e democracia. Ressaltamos o princípio do individualismo como o principal, vez que se apresenta como um naturalismo: “... considera o indivíduo enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial. (...) Acredita terem os diferentes indivíduos atributos diversos e é de acordo com eles que atingem uma posição social vantajosa ou não. (...) O único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social. (...) A doutrina liberal não só aceita a sociedade de classes, como fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade” (Cunha, 1991, pp. 28 e 29).

⁷ Entendemos por classe social a clássica definição de Lenin: “As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema historicamente determinado de produção social, por suas relações com os meios de produção (...), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo como obtêm a parte da riqueza social de que dispõem e pelo tamanho desta. As classes são grupos de homens, dos quais uns podem apropriar-se do trabalho de outros por ocupar posições diferentes num regime determinado de economia social” (Lenin, apud Stavenhagen, 1977, p. 288).

grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (...) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade (Gramsci, 1991 a, p. 12).

Este desafio de pensar por nós mesmos a partir da classe social que estamos vinculados no sentido de proporcionar o “devir” da História, constitui-se um pressuposto para uma cidadania ativa. Neste aspecto, não há cidadania sem o acesso aos conhecimentos elaborados. Os conhecimentos das ciências e das filosofias são estratégicos para que as classes subalternas imprimam sua hegemonia. No dizer de Saviani (1994), os dominados não se libertam se não vierem a dominar o que os dominantes dominam, ou seja, os conhecimentos elaborados. Porém, estes conhecimentos não devem ser apropriados segundo interesses individuais, mas numa perspectiva que desvele a realidade natural e social, em vista a construção de um projeto de sociedade mais organizada e justa para todos.

Portanto, nossa reflexão até aqui nos dá conta que para sermos cidadãos de forma ativa precisamos ter acesso ao trabalho “concreto”⁵, influirmos nas decisões mediante participação organizada para que deixemos de ser instituídos para sermos instituintes e, que necessitamos ter uma concepção de mundo de acordo com o lugar social que vivemos, com conhecimentos e valores nossos, para assim construirmos a sociedade que queremos.

Se a cidadania requer estes pressupostos, como fazer, por exemplo, da instituição escolar, um espaço de exercício da cidadania ativa? Segundo Gramsci (1991b), a verdadeira escola democrática é aquela que além de qualificar o operário manual, oferece uma educação para a cidadania, ou seja, uma educação política.

A tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar ‘governante’ e que a sociedade o coloque, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo: a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados, assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessárias ao fim de governar (Gramsci, 1991b, p. 137).

⁵ “O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (Marx, 1999 p. 218)

Esta forma de trabalho é ontologicamente denominada por Marx de *trabalho concreto*, ou *trabalho útil*. O trabalho útil é “aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso” (Idem, p. 63). A partir desse pressuposto, Marx vai distinguir as diversas formas que o processo de trabalho assume na sociedade capitalista.

Se olharmos para a sociedade brasileira, que práticas de cidadania ativa encontraremos? Na História de nosso país, que movimentos sociais exemplificam conquistas das classes subalternas? Nas datas “comemorativas” da escola, por exemplo, enfatizamos mais a lembrança do Duque de Caxias ou de um mártir do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra? Que “conteúdos” ensinamos? Os “conteúdos” são neutros? O que significa contextualizar o conhecimento elaborado a partir da prática social dos alunos no sentido de proporcionar a eles uma reflexão crítica que lhes possibilite uma visão de mundo unitária e coerente com sua “classe social”? Há relação entre “conteúdo”, vida cotidiana dos alunos e partidos políticos?

Eis o desafio da escola: formação científico-filosófica e formação política. Formar o homem que seja “... capaz de pensar, de estudar, de dirigir, ou de controlar quem dirige” (Gramsci apud Manacorda, 1990, p. 179). Este desafio, em nosso entender, coloca o cerne da questão da cidadania: a do fortalecimento crescente da sociedade civil mediante organização dos grupos sociais para controlar a sociedade política (o Estado e seus governos). Atualmente, no Brasil, tem predominado uma cultura de submissão dos governados pelos governantes. Os governantes, na sua maioria, eleitos pelo voto ou não, colocam-se acima da sociedade exercendo formas de poder assistencialistas, patrimonialistas e autoritárias. Estes governantes de “direita”, financiados pelo grande capital, fazem com que o público se torne privado, na medida que se utilizam da máquina do Estado para financiarem seus projetos econômicos. Daí a corrupção e o desmonte da “coisa pública”.

Portanto, a cidadania ativa requer uma formação política. É preciso conhecer o que significam as denominações “direita”, “esquerda” e “centro” numa sociedade de classes como a nossa. Em política institucional, as denominações direita, esquerda e centro, tiveram sua origem nas Assembléias da Revolução Francesa (1789).

Tais designações foram adotadas por volta de 1789, quando os partidários da monarquia colocavam-se, ostensivamente, à direita da mesa que presidia a Assembléia, e os partidários da Revolução à esquerda. Já nessa época, portanto, a posição ocupada em relação à presidência das assembleias não tinha um sentido meramente topográfico, pois designava posições políticas em face do *status quo*. À direita ficavam os conservadores, os reacionários; à esquerda os representantes de posições avançadas e progressistas, os revolucionários. Ora, esses termos não só não perderam sua significação (...) como, ao contrário, a conservam intacta, pois é desses vocábulos que nos continuamos a servir para indicar a posição filosófica, ideológica e política das pessoas, das correntes e agremiações políticas (Corbisier, 1986, p. 37).

São de direita, hoje, aqueles que defendem a permanência da sociedade capitalista e sua ideologia liberal (liberalismo econômico e

político). Portanto, são conservadores. Já a esquerda defende a transformação estrutural da sociedade capitalista e, por esta razão, são progressistas. A ideologia da esquerda é o socialismo.

O conhecimento político a partir das determinações do mundo do trabalho possibilita ao aluno posicionar-se criticamente sabendo como defender seus direitos. A investigação crítica sobre o papel do Estado na sociedade é crucial para o exercício da cidadania ativa.

Assim, como controlar a corrupção e garantir um Estado ético e com transparência, para que o público seja de fato público? Novamente Gramsci nos ensina que o caminho está na organização da sociedade civil, no autogoverno dos indivíduos. Na medida que a sociedade civil vai se ampliando cria-se, segundo Gramsci, um espaço público que não é estatal. É este espaço público que permite aos cidadãos expressarem com autonomia e organização seus interesses no sentido de controlarem quem os governa. Na medida que este espaço público não estatal vai se fortalecendo – “Estado-ético – vai, por outro lado, enfraquecendo o espaço público estatal controlado – “Estado-coerção”. Sendo assim, o público não estatal torna-se instituinte, podendo imprimir políticas públicas mesmo não sendo governo, na medida que consegue controlar os governos (cf. Coutinho, 2000).

Portanto, a educação escolar, para ser cidadã numa perspectiva crítica, terá que ser politizada. Aluno politizado é aquele que possui uma visão de mundo unitária e coerente com sua “classe social”. Ou seja, é o aluno que tem uma postura disciplinada para atuar organizadamente no coletivo, participando das instâncias da sociedade civil vinculadas aos interesses das classes subalternas. É aquele que se apropria do “conhecimento elaborado” para socializar este mesmo conhecimento, num sentido de emancipação de sua classe social. Terá que saber como funciona a sociedade, o Estado, os governos, os partidos políticos... Enfim, jamais poderá ser um “analfabeto político”.

Considerações finais

Diríamos que a cidadania ativa é um valor que não só se ensina mas que acima de tudo se vive e se convive. Ensinar conceitos de cidadania não é tarefa difícil. Apenas apropriar-se de conceitos, mesmo que sejam críticos, não significa que sejamos cidadãos. Os conceitos em si mesmos pouco significam, podendo quanto muito tornarem-se um discurso demagógico metafísico sem relação com a prática social, comprometendo assim o verdadeiro sentido da cidadania.

A gente aprende e entende a cidadania quando nos formamos praticando cidadania. Este praticar implica numa reflexão constante sobre

as ações. E estas reflexões, para darem conta da complexidade da prática humana, necessitam, aí sim, serem mediadas por teorizações críticas. Na medida que as pessoas são despertadas e sensibilizadas para uma participação em que o processo de construção é construído por elas mesmas com autonomia e respeito às diferenças, então as possibilidades de uma formação cidadã começam a se concretizar. Na escola, esta formação acontece quando os alunos são ouvidos, valorizados e respeitados na construção de seus projetos coletivos. O exercício da cidadania deve começar na sala de aula até ocupar todas às instâncias da escola, da sociedade civil e da sociedade política.

Portanto, não há cidadania sem participação, luta e conhecimento da sociedade de classes.

Cidadania é a participação dos indivíduos de uma determinada comunidade em busca da igualdade em todos os campos que compõem a realidade humana, mediante a luta pela conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais, objetivando a posse dos bens materiais, simbólicos e sociais, contrapondo-se à hegemonia dominante na sociedade de classes, o que determina novos rumos para a vida da comunidade e para a própria participação (...). As ações consideradas cidadãs são aquelas que terão como objetivo fundamental a contraposição à direção e dominação imposta na sociedade de classes. Os cidadãos serão aqueles que, passando por um processo educativo que os leve a superar a condição de indivíduo, efetivamente projetar-se-ão na luta política, pois conscientes e organizados coletivamente, buscarão a transformação das estruturas que produzem a desigualdade entre as classes sociais (Martins, 2000, p. 58).

A formação da cidadania ativa não é feita de forma linear e harmônica. Como toda a ação humana, o exercício da cidadania é feito a partir de situações conflitivas. É preciso que os sujeitos vejam os conflitos ou tensões não como o fim de uma ação, mas como um desafio que vai fazer a ação crescer em quantidade e qualidade. O conflito deve tornar-se objeto de investigação e reflexão para, a partir daí, estabelecerem-se critérios coletivos que permitam a construção de encaminhamentos consensuais e coletivos. A cada conflito vencido, mais o grupo se fortalece e se consolida, dando assim mais consistência e esperança para os indivíduos participarem.

Por fim, ratificamos que o exercício da cidadania ativa implica nesse processo constante dos sujeitos se situarem historicamente enquanto classe social que tem uma identidade coletiva com interesses específicos. A conquista dos direitos sociais – ao trabalho digno, educação, saúde, moradia – faz-se por uma participação política de classe social que busca a construção de um novo modelo econômico que dê conta de incluir todas as pessoas com justiça social, conhecimento e organização. Ser cidadão ativo

e crítico é agir e participar em todos os espaços da vida tendo uma visão do mundo (pensar próprio) unitário e coerente com a sua classe social no sentido da transformação dos pequenos espaços do cotidiano até o fortalecimento da sociedade civil – esfera pública ampliada ou não estatal – para controlar quem nos governa.

Abstract

The aim of this is to explicit what a critic conception of citizenship consists in, here called as active citizenship. It begins showing as problematic the common sense of the word citizenship. Following that, on the basis of the method derived from historical materialism, it analyses the liberal conception of citizenship, showing its limits in human accomplishment. Based upon the concept of productive practice, social practice and symbolic practice, elements for the comprehension and praxis of active citizenship are inferred. It demonstrates that the political and philosophical development from the outset of the world of labor and critical comprehension of what a society of classes is comes as a fundamental requisite for of social life so a habit of citizenship shall be formed as a democratic human activity. For such understanding, the reflection on the practice becomes indispensable, once it makes the coherence among the thought, the said and done all possible.

Key-words: citizenship, social class, labor, politics.

Referências

- ARISTÓTELES. Definição do cidadão. In: CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas, SP: Papirus, 1991.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CHAVES, Eduardo. **Em Defesa do Liberalismo** [artigo claramente em elaboração]. Obtido via Internet, <http://www.chaves.com.br>, 2000.
- COBISIER, Roland Cavalcanti de Albuquerque. **Introdução à filosofia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Atualidade de Gramsci** (texto). Obtido via Internet, <http://www.artnet.com.br/gramsci>, 2000.
- CUNHA, Luis Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 a.
- _____, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, SP: Autores Associados, 2000 (Coleção polêmicas do nosso tempo).
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1. v. 1 e 2.
- MARX, Karl. **A questão Judaica**. São Paulo: Centauro Editora, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Mercado de Letras, 1994.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOUZA, Herbert J. de. **Construir a Utopia: Proposta de Democracia**. Petrópolis, Vozes/Ibase, 1987.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes Sociais e Estratificação Social. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.
- ZANELLA, José Luiz. **As Metamorfoses da Educação: o ensino reflexivo à luz da filosofia da práxis**. Dissertação de Mestrado. Mimeo. 1999.

Recebido: 19/04/2005

Aprovado: 19/05/2005